



CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

Cnpj nº 01.004.459/0001-26

Poder Legislativo

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2026

Aos **(02/06/2026)** dois dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, á hora regimental, no Plenário da Câmara municipal, nesta cidade de Guaraqueçaba, Estado do Paraná, realizou-se a Sessão Ordinária sob a Presidência interina do Vereador **Edgard Mandira de Moraes**, compareceram os Vereadores **Jefferson Luis Barboza Rosa, Alcendino Ferreira Barbosa, Edvaldo Narciso Izabel, Ivan França e Joceni Roecker**, ata aprovada por unanimidade e havendo Quórum regimental para deliberação foi realizada a leitura do seguinte Expediente do Dia: Ato de Promulgação nº 01/2026, por meio do qual ficaram promulgadas proposições legislativas aprovadas por unanimidade por esta Casa de Leis no exercício de 2025/2026 e que foram sancionadas tacitamente devido ao silêncio quanto à sanção ou veto por parte do Prefeito Municipal, decorrido o prazo legal nos termos do artigo 62, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal, e amparado no artigo 62, alínea "b", da referida lei e artigo 114, inciso do Regimento Interno. Foram promulgadas as seguintes normativas: a Lei nº 051/2026, oriunda do Projeto de Lei nº 006/2025, que dispõe sobre a criação do programa municipal de bolsa de estudo para estudantes carentes no município de Guaraqueçaba, aprovada e encaminhada ao Executivo em 28/04/2025, visando reduzir a evasão escolar e apoiar jovens em vulnerabilidade, garantindo igualdade de oportunidades de desenvolvimento social; a Lei nº 052/2026, baseada no Projeto de Lei nº 009/2025, que dispõe sobre a contratação de trabalhadores pelas empresas vinculadas ao município de Guaraqueçaba, aprovada e encaminhada ao Executivo em 03/03/2026, com o objetivo de promover o emprego local, valorizar a mão de obra residente e fortalecer a economia municipal; a Lei nº 053/2026, decorrente do Projeto de Lei nº 012/2025, que autoriza o Poder Executivo Municipal a dispor de veículos para transporte de pessoas a eventos de relevante interesse público, aprovada e encaminhada ao Executivo em 30/08/2025, visando regulamentar o uso da frota municipal em atividades culturais, educacionais e esportivas, garantindo transparência e equidade; a Lei nº 054/2026, referente ao Projeto de Lei nº 003/2025, que declara de utilidade pública a Colônia de Pescadores Z-2 de Guaraqueçaba, aprovado e encaminhado ao Executivo em 26/08/2025, reconhecendo a relevância social e econômica da entidade, fortalecendo a pesca artesanal e a organização comunitária; a Lei nº 055/2026, originada do Projeto de Lei nº 014/2025, que dispõe sobre a destinação obrigatória de bens, equipamentos e recursos recebidos pelo município, aprovada e encaminhada ao Executivo em 10/11/2025, visando garantir transparência e combater desvios de finalidade, fortalecendo a confiança da população nos repassadores; a Lei nº 056/2026, baseada no Projeto de Lei nº 015/2025, que dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento gratuito de transporte de calcário agrícola aos agricultores familiares, aprovada e encaminhada ao Executivo em 21/10/2025, com o escopo de apoiar o agricultor familiar, melhorar a produtividade e fortalecer a segurança alimentar local; a Lei nº 057/2026, correspondente ao Projeto de Lei nº 017/2025, que dispõe sobre a isenção de tarifa do transporte público municipal, em particular para doadores de sangue, medula óssea e órgãos, aprovada e encaminhada ao Executivo em 24/02/2026, incentivando a solidariedade e valorizando os cidadãos que contribuem para salvar vidas; e a Lei nº 058/2026, decorrente do Projeto de Lei nº 018/2025, que institui o programa municipal de acesso emergencial a medicamentos, denominado Compra Garantida de Medicamentos, aprovada e encaminhada ao Executivo em 24/02/2026, assegurando o fornecimento emergencial de medicamentos essenciais, garantindo o direito à saúde e à proteção social. Na sequência, a palavra foi aberta para o espaço da Palavra Livre dos Vereadores. Iniciando as manifestações, o Vereador Edgard cumprimentou a todos e informou sobre uma proposta de projeto de suma importância para o município que virá para debate nesta Casa, idealizado por um ex-agente da Polícia Civil da empresa em Antonina na pessoa do Senhor Cardoso, trabalho este já implantado em Antonina com grande sucesso, voltado ao monitoramento nas escolas por meio de câmeras para combater problemas como a entrada de drogas e dar maior proteção aos alunos, netos e professores, ficando a critério do Executivo após a discussão legislativa. Em seguida, tratou da dificuldade que os moradores de todo o município, citando a localidade de Pedra Chata, vêm enfrentando a respeito da entrada de energia e autorizações de padrões pela Copel ou pelo Instituto Água e Terra (IAT), relatando o caso de uma residência construída há vinte e cinco anos que utiliza apenas um "rabicho" e cujo proprietário busca apenas a regulamentação do padrão de energia, criticando que o projeto federal Luz para Todos acaba sendo enganoso se os órgãos competentes não agirem, sugerindo o envio de um ofício para convidar ou intimar o IAT a prestar esclarecimentos a todos os vereadores. O Vereador Alcendino na sua fala, abordou a sobreposição de duas Áreas de Preservação Ambiental (APAs) no município, sendo uma federal administrada pelo ICMBio e outra estadual pelo IAT, explicando que as ligações na área urbana e rural de algumas ilhas, exceto no Parque Nacional de Superagui, dependem de licenças do IAT, o qual hoje impõe



CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

Cnpj nº 01.004.459/0001-26

Poder Legislativo

severa burocracia com exigência de documentação do imóvel, georreferenciamento, dados sobre moradores e visitas técnicas. Afirmou não ser contra as regras, mas criticou veementemente a extrema demora nos procedimentos e na liberação de licenças para um direito básico que é a luz elétrica. Citou a grande confusão nas ilhas onde, após mais de dez anos de disputas, conflitos e falta de consenso entre concessionária, órgãos ambientais e comunidade, estão sendo instaladas placas fotovoltaicas em vez da energia cabeada pretendida pela população; destacou que as placas ajudam minimamente quem necessita de refrigeração para insulina e medicamentos, ventiladores no verão e iluminação à noite em locais com presença de animais peçonhentos, mas reiterou que o atraso nos processos é absurdo, mencionando residências na sede com pedidos parados há mais de um ano. Criticou o fato de o IAT dispor de equipes e quatro a cinco viaturas nos finais de semana e feriados para aplicar multas em comunidades como Morato e Rio Verde, agindo de forma imediata porque gera receita de arrecadação, enquanto falta fiscalização e agilidade para liberar as licenças de energia elétrica, razão pela qual requereu a vinda do responsável pelo setor a esta Casa para esclarecer o que está atrapalhando as liberações para as comunidades rurais, ilhas e sede. O Vereador Alcendino também cobrou transparência da atual gestão, alegando que o Portal da Transparência está no ar, mas carece de alimentação de dados cruciais como homologações, editais, certidões e notas fiscais, impedindo o acesso do cidadão às informações de gastos públicos. Solicitou requerimento para que o responsável e o técnico da pasta do Planejamento compareçam na próxima sessão para explicar rumores não confirmados de que o município teria perdido o projeto de casinhas populares, bem como para detalhar a situação de três creches (uma na sede, uma em Tagaçaba e uma em Superagui) e de reformas de trapiches, apontando que a gestão anterior deixou mais de quinze milhões de reais em recursos na conta da prefeitura, estando cerca de dois milhões de reais disponíveis em fundo a fundo para a reforma e ampliação das estruturas da Ponta do Lanço e da Ilha Rasa. Sublinhou que os trapiches sofrem com a corrosão da água salgada e pouca durabilidade, mas que a atual administração, apesar de possuir excesso de pessoal contratado na prefeitura, não apresenta resultados práticos nem dá continuidade aos projetos essenciais para as mães que precisam trabalhar e para a dignidade das crianças nas ilhas e em Tagaçaba, enfatizando que não se calará diante dos problemas da cidade. Cobrou ainda explicações sobre o projeto de uma nova Unidade Básica de Saúde (UBS) na sede, cujos recursos e projetos foram disponibilizados, relatando as péssimas condições do prédio atual, datado de 1950, que pertenceu ao Exército e passou por conselhos e pela Igreja, o qual se encontra repleto de mofo inclusive na sala do dentista, expondo profissionais e pacientes a riscos de saúde. Retomando o tema das promulgações efetuadas pelo Presidente interino, questionou a atitude que classificou como "infantil" e como uma afronta à Casa por parte do Prefeito Municipal ao silenciar diante de projetos tão importantes aprovados por unanimidade por vereadores de situação e de oposição que trabalham pelo bem comum, detalhando o mérito da Lei nº 051 (bolsa de estudos pela Secretaria de Educação), da Lei nº 052 (contratação de percentual de trabalhadores locais em grandes obras), da Lei nº 053 de sua autoria (organização e licitação de ônibus e transporte marítimo contratados pela prefeitura para atender esporte, igrejas e instituições de forma legal, protegendo a administração e pondo fim à vergonha do uso inadequado do transporte da Graciosa), da Lei nº 054 do Vereador Polaco (utilidade pública da Colônia de Pescadores Z-2, que conta com mais de três mil famílias cadastradas e que estava impedida de captar recursos federais e estaduais para implantar clínicas odontológicas, médicas ou receber motores e redes devido à omissão do Executivo), da Lei nº 055 (destinação correta de maquinários agrícolas para evitar que tratores novos fiquem puxando lixo na cidade como ocorria também em gestões passadas), e da Lei nº 056 (transporte gratuito de calcário, apontando que o custo do frete é o maior impeditivo para os agricultores familiares e que a lei dá o amparo legal para o Prefeito trabalhar sem medo de denúncias). Defendeu também a Lei nº 057, de sua autoria, que garante isenção de tarifa de transporte público municipal e particular para doadores de sangue e medula, criticando a falta de sensibilidade do Prefeito que, mesmo estando de licença por cirurgia, ignorou um projeto que incentiva a doação e salva vidas, beneficiando pessoas carentes que não possuem condições de arcar com os custos de passagem e alimentação até Paranaguá; lembrou que o Vereador João necessitou de várias bolsas de sangue durante seu tratamento de diálise e havia votado a favor do projeto, ressaltando que qualquer cidadão pode precisar desse amparo. Explicou ainda a Lei nº 058 de sua autoria, que cria o programa emergencial de medicamentos para que, na falta de remédios na farmácia pública, seja emitido um documento para retirada em farmácia particular credenciada, com prazo de quarenta dias para o município pagar, evitando que o cidadão fique desassistido, diminuindo filas e auxiliando a própria administração diante de atrasos de entrega. Finalizando, o Vereador Alcendino expôs dados obtidos por meio de pedido de informação oficial ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral (CISLIPA), via



CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

Cnpj nº 01.004.459/0001-26

Poder Legislativo

Ofício nº 046, respondido de forma transparente em apenas sete dias, revelando que o município de Guaraqueçaba possui parcelas pendentes de rateio municipal de janeiro de 2026 no valor de nove mil reais, parcelas de fevereiro, março e abril totalizando quarenta e oito mil reais, débitos de manutenção de frota de 2025 de oitenta e um mil reais, além de dívidas acumuladas com a empresa KJR de novembro de 2025 a março de 2026 somando novecentos e cinquenta mil, seiscentos e trinta e quatro reais e sessenta e quatro centavos; com a empresa Conecte de novembro de 2025 a fevereiro de 2026 no valor de quatrocentos e setenta e quatro mil, setecentos e setenta e sete reais e trinta e quatro centavos; com a empresa IDB de outubro de 2025 a fevereiro de 2026 totalizando setenta e quatro mil, quatrocentos e oito reais e cinquenta centavos; e com a empresa Zanicote de novembro de 2025 a janeiro de 2026 no montante de cento e cinquenta e três mil, quinhentos e nove reais. Leu trechos do documento do consórcio ressaltando que tais valores são indispensáveis para o custeio de equipes, pagamento de condutores, enfermeiros, técnicos e médicos do SAMU que salvam vidas, e que o consórcio tomará medidas de cobrança contra os consorciados inadimplentes, como Guaraqueçaba, em respeito à legalidade e responsabilidade administrativa. Criticou a Comissão Especial de Tomada de Contas instaurada pela prefeitura por meio da Portaria nº 01/2026 e Decreto nº 700/2026 em resposta ao Ofício nº 094 do Sislipa, afirmando que o relatório global de matriz consolidada foi elaborado por um advogado interno e assinado por apenas um funcionário da saúde, pois os demais membros se recusaram a assinar um documento que apresenta valores globais sem especificar os gastos, omitindo compras de fraldas e outros custeios diretos feitos via consórcio ou operações de verão. Deu o prazo de sete dias para a prefeitura e a secretaria de saúde sentarem com o Cislipa e resolverem os pagamentos sob pena de encaminhar petições já prontas ao Ministério Público, Tribunal de Contas, Polícia Federal e órgãos de fiscalização de recursos federais para proteger motoristas e prestadores de serviços sem receber desde o ano passado, agradecendo ao Vereador Juceni pelo empenho na viabilização de mais de quinze milhões de reais articulados por meio da Deputada Carol Dartora para sanar metade dos problemas da saúde quebrada do município. Passada a palavra, manifestou-se o Vereador Juceni, cumprimentando os presentes e os espectadores das redes sociais, manifestando total apoio aos requerimentos pedidos pelo Vereador Vicentino, salientando a importância de mostrar empenho diante das cobranças diárias da população. Relatou que, recentemente, as comunidades rurais contavam com uma transmissão de energia defasada e que agora receberam a trifagem, o que permite o uso de novas tecnologias; contudo, criticou que esse direito esteja sendo cerceado pela morosidade do IAT para autorizar a mudança de padrão, relatando que seu próprio filho utiliza luz bifásica em uma indústria de palmito e investiu em equipamentos trifásicos para melhorar a produção, competitividade e contratação de pessoal, mas esbarra no tempo de espera do órgão ambiental, havendo pessoas na área rural aguardando há mais de dois anos. Reiterou a convocação dos responsáveis para virem a esta Casa explicar os critérios e legislações aplicados. Elogiou o Ato de Promulgação nº 01/2026 efetuado pelo Presidente interino e o Presidente Julhardy por trazerem essa responsabilidade e respeito para a Câmara, garantindo que as leis aprovadas tenham validade. Destacou as leis de sua autoria, pontuando que a Lei nº 054 de Utilidade Pública da Colônia de Pescadores, encaminhada ao Executivo em 30/08/2025 e até então não validada pelo Prefeito, dará respaldo para os pescadores buscarem recursos em editais federais e estaduais para benefícios comunitários. Sobre a Lei nº 055, encaminhada em 10/12/2025 e também não sancionada, explicou que ela servirá como amparo para os agricultores fiscalizarem e garantirem que equipamentos e tratores destinados à agricultura familiar sejam usados de fato em suas funções de origem, corrigindo desvios de função históricos. Quanto à Lei nº 056, enviada em 21/10/2025, versando sobre o transporte gratuito de calcário, afirmou que põe fim à antiga justificativa da prefeitura de que a Lei de Responsabilidade Fiscal impedia o benefício por medo de denúncias, asseverando que a lei agora legaliza o frete e ajuda o produtor, uma vez que o transporte é o item mais caro para o agricultor familiar. O Vereador Edgard agradeceu as articulações que viabilizaram recursos para o município e relembrou seus pedidos, desde a segunda sessão de seu mandato, em prol da localidade de Serra Negra, parabenizando a devolução do maquinário agrícola para as mãos da associação local, cujo presidente se encontrava presente na sessão, evitando o desvio de função que configuraria irregularidade por parte do Prefeito. Em seguida, fez uso da palavra o Vereador Edvaldo, cumprimentando os vereadores, funcionários, espectadores e o presidente da associação de Serra Negra, Senhor Ambrósio Rosa. Agradeceu a Deus, ao Prefeito Alessandro e às Secretarias de Obras e Agricultura pelas frentes de trabalho e cronogramas de ações emergenciais realizados nas comunidades de Serra Negra, Pedra Chata e Rio Natal para o transporte escolar e trânsito de ambulâncias. Contestou as alegações de que a atual gestão não realizou benfeitorias, argumentando que novos maquinários e caminhões novos foram adquiridos para dar segurança aos profissionais e atender os agricultores, superando o



CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

Cnpj nº 01.004.459/0001-26

Poder Legislativo

período inicial de trabalho com frota sucateada. Informou que mais melhorias estão por vir e que o Secretário Municipal sugeriu ao Presidente interino a realização de um sorteio para dar seguimento aos trabalhos de "porteira adentro" na agricultura, o qual deverá ser remarcado em nova data devido à ausência do titular da Casa. Agradeceu à comunidade de Pedra Chata, Rio Natal e Assungui que enviaram representantes para acompanhar a entrega de um trator agrícola conquistado junto ao Deputado Geraldo Mendes, em parceria e busca conjunta com o Vereador Jefferson, anunciando que outros dois tratores estão previstos para atender mais localidades. Agradeceu também ao IAT, ao Secretário de Administração Arivaldo e ao apoio do cidadão Ivan pela liberação e andamento do requerimento de indicação para manutenção e roçada de dois metros de cada lado da calçada do Mirante, permitindo a execução de serviços de limpeza e pintura solicitados há tempos pela população. Na sequência, manifestou-se o Vereador Jefferson, cumprimentando a todos e anunciando o início de um programa esportivo em parceria com a Secretaria de Esportes, sob responsabilidade do Professor Edson, credenciado pela prefeitura, voltado ao treinamento de futebol e vôlei para tirar as crianças do isolamento tecnológico e celular. Informou que o projeto utilizará a estrutura do campo de Tagaçaba e incluirá atividades de vôlei, ginástica, condicionamento físico, funcional, musculação e combate a doenças crônicas para a terceira idade acima de sessenta anos, com recomendação médica, orientando os interessados a buscarem o Professor Edson para inscrições, destacando o pioneirismo da iniciativa na região com o apoio do Secretário Lucas e diretores. Declarou apoio total ao requerimento coletivo sobre o IAT para obter esclarecimentos céleres sobre as licenças de pontos de luz em Tagaçaba e demais localidades. Com relação ao trator destinado à agricultura, reforçou que o maquinário terá como uso exclusivo o auxílio aos produtores para retirar a produção de pupunha e outras culturas da roça até a estrada ou caminhão, eliminando custos de frete para o trabalhador, mencionando a possibilidade de chegada de mais duas unidades. Em defesa do corpo de vereadores com dois anos de mandato, pediu respeito por parte do Vereador Alcendino em relação à atuação parlamentar dos mais jovens na política, afirmando que, embora estejam aprendendo os caminhos das pedras, contatos e aplicação das leis, não falta empenho, dedicação ou vontade em buscar recursos junto ao Prefeito e secretarias em prol de Guaraqueçaba. Retomando a palavra, o Vereador interino na Presidência corroborou as falas anteriores, ressaltando o juramento pelo bem-estar social e cobrando agilidade da equipe técnica do Executivo na tramitação de documentos para o município não perder convênios. Destacou que os pescadores recebem o benefício do Programa Baía limpa de planejamento anterior, auxiliando nos momentos de escassez do pescado, mas pontuou que os agricultores sofrem com estradas ruins, indeferimentos de licenças ambientais, falta de energia e tributação de doze por cento de ICMS para escoar a pupunha para Estados como Santa Catarina, correndo o risco de perder a produção na roça por exigências da nota eletrônica e problemas de regularização fundiária em terrenos sem titulação oficial, reiterando a necessidade de aprovação do requerimento para que os órgãos aumentem o efetivo e deem satisfação à sociedade. Não havendo mais oradores inscritos para a Palavra Livre, o Vereador Edvaldo solicitou autorização e apresentou uma indicação verbal para que sejam instaladas lâmpadas de LED com sistema de carregamento solar na localidade do Mirante, obtendo o apoio dos demais parlamentares. Passando para a Ordem do Dia, a Presidência submeteu as matérias à deliberação, restando deliberado e aprovado por unanimidade, em regime de votação em bloco conforme anuência mútua dos Vereadores Joceni, Alcendino, Jefferson, Edivaldo e Ivan, o Requerimento Coletivo nº 001/2026 direcionado ao Instituto Água e Terra (IAT), o Requerimento Coletivo nº 002/2026 destinado aos setores de Planejamento e Obras do Município, e a Indicação Verbal de autoria do Vereador Ivan para melhorias no Mirante. Registrou-se ainda que o Projeto de Lei pautado para segunda votação foi mantido sob a análise das Comissões Permanentes para aprofundamento das discussões técnicas, não sendo objeto de deliberação final nesta data. Nada mais a tratar, eu Vereador Jefferson Luis Barboza Rosa, lavrei a presente ata, que estando em conformidade com os demais, será assinada.

Edgard Mandria de Moraes
Vice-Presidente

Julhardy Costa De Arruda
Presidente

Jefferson Luis Barboza Rosa
Primeiro Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

Cnpj nº 01.004.459/0001-26

Poder Legislativo

Alcendino Ferreira Barbosa
Segundo Secretário

Edvaldo Narciso Izabel

Elton Ambrósio Mendes

Ivan França

João Luiz Pinheiro Francisco

Joceni Roecker